

A OCUPAÇÃO URBANA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Eduardo Baptista Lopes

Universidade do Vale do Itajaí / Universidade Federal de Santa Catarina

Lisete Assen de Oliveira (orientadora)

Universidade Federal de Santa Catarina / Universidade do Vale de Itajaí

eduardo@arquitetoeduardolopes.com.br

RESUMO

O Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, é uma região que tem presenciado diversas transformações em suas formas de ocupação e expansão urbana ao longo da história. Desde as primeiras ocupações por estâncias e fazendas até as modalidades atuais predominantemente turísticas, os municípios desta região passaram por uma série de modificações de usos e de formas. Este artigo tem como objetivo apresentar os períodos de ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, delimitados através da identificação dos usos, da análise das formas de crescimento urbano, do traçado e das tipologias das edificações verificados na região. Na pesquisa realizada foi possível delimitar quatro períodos no processo de ocupação da região: estâncias e fazendas (até 1888), turismo de saúde (1888 - 1940), loteamentos balneários (1940 - 1995) e condomínios horizontais (1995 – 2016).

Palavras-chave: Formas de Ocupação Urbana; Períodos de Ocupação Urbana; Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The Northern Coast of Rio Grande do Sul, Brasil, is a region that have been place of several transformation in its forms of urban occupation and growth throughout history. Since the first occupations by ranches and farms to the current arrangements predominantly tourist, cities in this region went through a series of changes of uses and forms. This article aims to show the periods of occupation of the North Coast of Rio Grande do Sul, delimited by identifying the uses, the analysis of the forms of urban growth, the urban mesh and typology of buildings encountered in the region. In research it was possible to identify four periods in the process of occupation of the region: ranches and farms (up to 1888), health tourism (1888-1940), coastal allotments (1940-1995) and gated communities (1995-2016).

Keywords: Urban Occupation Forms; Urban Occupation Periods; Northern Coast of Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul é uma região com crescente expansão urbana, vinculada principalmente à consolidação da urbanização de seus municípios, bem como pela vocação em lazer e veraneio de seus balneários. A sua proximidade com áreas mais populosas do Estado, como a capital Porto Alegre, com 1.409.939 habitantes, e sua região metropolitana, que totaliza 4.011.224 habitantes, e Caxias do Sul, com 435.564 habitantes, influencia e facilita a apropriação balneária desta região (IBGE,2010).



Figura 1: Localização da área de estudo

Fonte: intervenção sobre imagem do Bing Maps (2012)

Durante sua história de ocupação, a região apresentou diversas fases de transição e períodos históricos, em que diferentes formas e usos predominaram em sua paisagem. Atualmente, é possível perceber as diferentes estruturas que conformam o tecido urbano dos municípios do Litoral Norte, com a presença de traçados e tipologias específicas. A identificação desses períodos de ocupação é importante para compreender as dinâmicas que levaram às formas de ocupação atual, bem como para prever as tendências de ocupação nos próximos anos.

Dessa forma, a pesquisa traz uma análise das dinâmicas de ocupação do solo praticadas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com o objetivo principal de identificar os períodos de ocupação existentes. Para isso, fez-se necessário primeiro a contextualização do Litoral Norte, como forma de compreender suas dinâmicas territoriais, e posteriormente a periodização das ocupações urbanas, através do estudo das variáveis de análise urbana, que nessa pesquisa baseiam-se em obras de Panerai (1983), Waisman (1990), Solà-Morales (1997) e Font (2007).

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, explicitam-se os fundamentos teórico-metodológicos a partir de uma revisão bibliográfica que buscou o reconhecimento de instrumentos para análise urbana, que tratam sobre as formas de crescimento urbano, traçados e tipologias. Na segunda, numa escala macro, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul foi analisado como um todo, mostrando as correlações entre as dinâmicas de seu sítio, as dinâmicas de usos e as formas de ocupação de seus municípios. Por fim, na terceira parte, as variáveis acima citadas são utilizadas para a delimitação dos períodos de ocupação urbana a partir das formas e usos recorrentes e seus intervalos de duração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise das cidades é um tema abordado com frequência, mas, segundo Panerai (1983), costuma ocorrer apenas em um nível muito global, sob a ótica do ordenamento do território, ou em um nível muito concreto, trabalhando exclusivamente com o edifício, o habitat ou os equipamentos.

Panerai (1983) propõe meios de analisar as cidades mediante suas dimensões físicas, identificando alguns elementos da forma e sua organização em uma estrutura de conjunto, devolvendo à forma urbana sua possível autonomia e ampliando as explicações da forma urbana que se apoiam apenas em suas características funcionais e/ ou econômicas.

Nesse sentido, as variáveis de análise urbana que são utilizadas neste artigo têm como referência principal o livro *Elementos de Análisis Urbano* (1983), sendo complementado por outros autores, como Manuel de Solà-Morales i Rubió (1997) e Antonio Font (2007). Dentre as variáveis, destacam-se aqui as formas de crescimento urbano, o traçado e a tipologia.

2.1 As formas de crescimento urbano

O crescimento urbano das cidades é um processo resultado de distintos fatores formais, sociais, econômicos e políticos e suas relações. Ao longo das décadas, diversos autores trataram de registrar e analisar as formas que esse crescimento tomou em diversas cidades europeias, como Phillipe Panerai (1983), Manuel de Solà-Morales i Rubió (1997) e Antonio Font (2007).

Panerai, no primeiro capítulo de seu livro *Elementos de analisis urbano* (1983), descreve os estudos sobre os fenômenos de crescimento, que permitem uma análise morfológica mediante uma visão global das aglomerações urbanas e de suas extensões e densificações. Segundo ele, o estudo dos crescimentos é importante por variadas razões, dentre elas demonstrar uma apreensão global da aglomeração urbana em uma perspectiva dinâmica, através da identificação de períodos de ruptura e saltos no desenvolvimento e evolução da cidade, onde o estado atual nada mais é que um momento dessa evolução; e revelar pontos fixos nas transformações anteriores que, por sua vez, permitem uma compreensão da estrutura urbana e de seu funcionamento, que pode ser base para intervenções futuras.

Panerai (1983) descreve os modos de crescimento e propõe dois tipos iniciais: o Crescimento Contínuo, caracterizado pelas extensões que, em cada etapa do desenvolvimento, ocorrem em prolongação direta das partes já construídas; e o Crescimento Descontínuo, caracterizado por cortes vegetais ou agrícolas entre áreas novas e antigas.

E sugere que esses modos de crescimento, contínuos ou descontínuos, situados ou não em um mesmo período ou em um mesmo território podem coexistir, e também que essa coexistência pode traduzir-se em Justaposições ou em Conflitos.

A Justaposição ocorre quando diferentes crescimentos criam um eixo de crescimento global que não aparece ordenado no conjunto. É um crescimento aleatório que, geralmente, não pode continuar durante muito tempo sem gerar uma perda de legibilidade da aglomeração urbana e, por vezes, de graves disfunções. O Conflito, por sua vez, ocorre quando os diferentes crescimentos se opõem, se emaranham, se anulam, se esgotam, sem resultar numa organização do tecido.

Por fim, Panerai (1983, p. 40) propõe ainda identificar as relações de crescimento entre duas classes de elementos: “[...] *los que lo ordenan (Líneas y Polos de Crecimiento) y los que contienen (Barreras y Limites)*”.

Entre os elementos que ordenam, primeiro está o Polo de Crescimento. É o primeiro agrupamento a partir do qual se dará o desenvolvimento da aglomeração urbana, constituindo seu ponto de referencia, e ordenando a constituição dos crescimentos secundários. Podem desempenhar a função de Polo de Crescimento, por exemplo, monumentos e cruzamentos, sejam de vias, pontes ou de pequenas povoações.

Em segundo lugar, têm-se as Linhas de Crescimento, suportes do crescimento que ocorrem ao longo de um percurso, como vias, ruas, estradas, rios e canais. Têm como principal função não apenas constituir um traçado onde se instalam as edificações, mas sim ordenar o tecido, regular os crescimentos secundários e as densificações, ou seja, criar uma estrutura.

Em relação aos elementos que contém o crescimento, em primeiro lugar estão os Limites de Crescimento, que constituem um obstáculo para um crescimento linear. Geralmente, um acidente sobre uma Linha de Crescimento cumpre a função de limite por certo período, até constituir-se, após esse período, em um Polo de Crescimento. São elementos que podem reverter ou modificar o crescimento, e podem ser representadas por uma ponte, uma estação ou um monumento, por exemplo.

Por fim, as Barreiras de Crescimento são um obstáculo para a propagação de um tecido. Podem ser obstáculos geográficos, compostos por cursos d'água, lagos e bosques; ou construídos, como fossos, canais e estradas. Em geral são obstáculos mais permanentes, pois podem ser limites administrativos entre territórios, ou zonas protegidas por fragilidade ambiental, por exemplo.

Além do estudo das formas de crescimento urbano, Solà-Morales (1997) reconhece a importância do estudo das causas do crescimento para compreender o resultado da forma urbana. Solà-Morales aponta que "*toda la cuestión está em medir el tempo com el espacio*". (1997, p. 19), ou seja, compreender a sua dinâmica. A construção de uma cidade, ou de parte dela, é uma combinação ao longo dos anos de suas distintas operações sobre o solo e sobre a edificação. E sua complexidade não é apenas a repetição de tipos ou de justaposição de tecidos, mas sim o processo em que cada forma e momento construtivo se sucedem, cada um com ritmos próprios, e que resultam em distâncias e continuidades, vazios e alienações, que descrevem a sequência de um processo temporal materializado em formas estáticas.

Entre as causas do crescimento, Solà-Morales (1997) as divide em duas: Causas Estruturais e Causas Indiretas. Como Causas Estruturais, têm-se os desequilíbrios regionais de oferta e demanda de mão de obra e do mercado de trabalho e os consequentes movimentos migratórios; os processos de industrialização, com o aumento do emprego industrial básico, do emprego local, população residente, serviços e emprego terciário. Como Causas Indiretas têm-se o mercado do solo urbano no que se refere ao seu valor de uso e ao processo de exploração e da propriedade da terra; bem como às políticas de fomento e planejamento urbano, através de planos de ordenação e regularização, por exemplo.

Ainda segundo Solà-Morales(1997), a construção de uma cidade segue três variáveis: Parcelamento, Urbanização e Edificação. O Parcelamento refere-se à divisão e a estruturação de ocupação do solo, ou seja, a transformação do solo não urbano em urbano, pela atribuição de uso urbano. A Urbanização é a infraestrutura da estrutura de distribuição dos serviços, uma operação de construção dos elementos físicos coletivos da cidade. E, por fim a Edificação é a tipologia dos edifícios.

Essas operações, entretanto, não são sempre e necessariamente simultâneas ou encadeadas de maneira igual, mas podem estar dispostas em diversas combinações no tempo e no espaço, de onde origina-se a riqueza morfológica de uma cidade (SOLÀ-MORALES, 1997). A partir destas três operações, o autor indica seis combinações entre parcelamento (P), urbanização (U) e edificação (E). Dentre elas, destacam-se no Litoral do Rio Grande do Sul a cidade jardim e os polígonos, vistos na Figura 1:

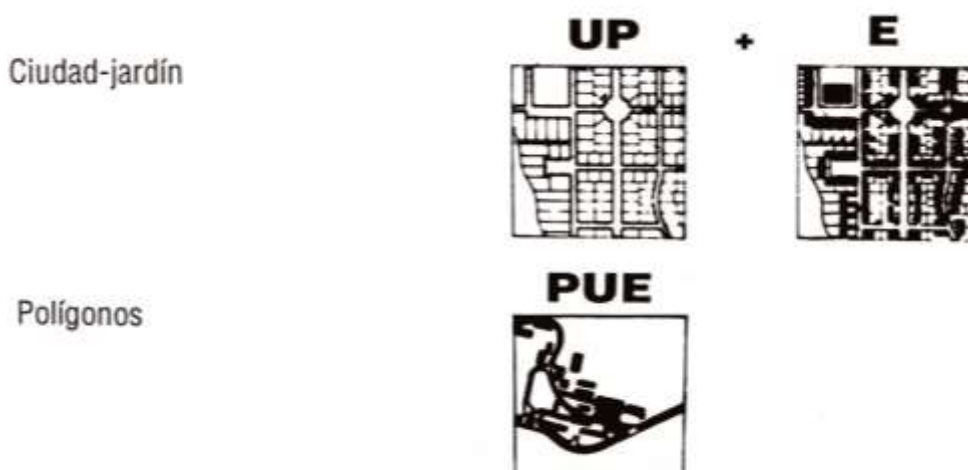


Figura 1: Formas de crescimento urbano no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptado de Solà-Morales (1997)

A primeira forma de crescimento urbano que pode ser encontrada no Litoral Norte é a da Cidade-jardim (UP+E), que é uma ocupação predominantemente residencial, principalmente através de edificações unifamiliares, isoladas no lote e adaptadas à topografia. É flexível, adaptando-se às necessidades dos usuários ao longo do tempo, além de se associar a ideia de unidades autônomas, uma vez que não obedecem necessariamente à estrutura geral de uma cidade. São em geral segregadas espacialmente no sentido de que não estão ao alcance de quem ali não reside. Caracteriza-se ainda por ser uma urbanização de iniciativa privada ou cooperativa, e um projeto unitário que define tanto as generalidades de ocupação, como densidade, ritmos e hierarquia, como as edificações que obedecem a modelos unifamiliares ou agrupados em poucas unidades.

Os Polígonos são grandes intervenções onde as operações (PUE) para sua construção ocorrem ao mesmo tempo. Os Polígonos possuem projeto, atuação e gestão unitária, que gera, por consequência, crescimento urbano por *paquetes cerrados*, bordas descontínuas, segregação e monotonia de seu interior. Entre os casos de polígonos descritos por Solà-Morales¹ algumas características constantes e definições, são encontradas na área de estudo da pesquisa, como a busca do solo barato, a descentralização, o perifellismo e a busca por baixa densidade. No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, os Polígonos podem ser representados pelos condomínios horizontais, ainda que associados ao processo UP+E, pois as unidades habitacionais são iguais ou muito parecidas, o que acentua sua homogeneidade e a monotonia do seu interior.

Outro aporte teórico que vale aqui destacar é o apresentado por Font *et al.* (2007), que em seus estudos sobre a Europa Meridional, descreve a *explosion de la ciudad*, a última etapa do processo de urbanização, que segue lógicas de dispersão pelo território das atividades e dos fluxos, bem como a transformação interna dos núcleos urbanos.

Seus estudos trabalham com distintas escalas. Na escala micro categoriza as novas formas de crescimento urbano, que respondem aos processos de urbanização atual, como territórios morfológicos. Font *et al.* (2007) classifica os novos territórios morfológicos em: agregados, mutações; novos assentamentos; filamentos; difusões; urbanizações; ocupações pontuais; polarizações lineares e nodais.

Esta explosão, segundo Font, sugere uma nova recomposição territorial das hierarquias espaciais tradicionais, através de uma forma mais generalizada e difusa nos países europeus, mas como apontado por (ANJOS e FORNARA, 2011), pode ser percebido também em países americanos, particularmente no Brasil.

Os condomínios horizontais, uma das formas predominantes atualmente nos processos de ocupação urbana do Litoral Norte, podem ser inseridos no conceito de novos assentamentos, que os caracteriza como peças espacialmente autônomas em relação aos núcleos urbanos já existentes. Os novos assentamentos são provenientes de processos unitários de urbanização e edificação. É uma modalidade onde surgem simultaneamente a morfologia e a tipologia. Além dos condomínios, outros espaços contemporâneos podem ser inseridos nessa categoria, como os parques tecnológicos e industriais, e outros que podem ser encontrados na área de estudo, como os parques temáticos e complexos comerciais.

A definição sobre os novos assentamentos, de Font *et al.* (2007), corrobora a definição dos polígonos de Solà-Morales (1997), no que tange principalmente a forma de crescimento como um processo em que Parcelamento, Urbanização e Edificação ocorrem simultaneamente, processo este que corresponde a implantação de muitos condomínios horizontais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Neste caso, suas características se assemelham à definição de polígonos, pois além da simultaneidade do Parcelamento, Urbanização e Edificação, possuem outros pontos em comum, como a busca do solo mais barato, uma baixa densidade populacional verificada na maioria dos casos e a monotonia na configuração espacial de seu interior, decorrente do processo unitário de ocupação e padrão sócio-cultural dos usuários. Por fim, os condomínios assemelham-se com os polígonos porque são edificados de modo a ser segregados de seu entorno – o polígono é um loteamento acessível, mas com conexão muito frágil com a mancha urbana; o condomínio, por sua vez, está segregado pelos muros e pela descontinuidade do traçado, do tecido, entre outros.

¹Em seu livro, Solà-Morales (1999) descreve os polígonos existentes em Barcelona.

2.2 Traçado

As observações mais frequentes ao se analisar a forma urbana referem-se principalmente às edificações e as ruas. Segundo Panerai (1983), os edifícios costumam ser caracterizados como altos ou baixos, luxuosos ou pobres, coloridos ou não. Ao passo que as ruas costumam ser descritas como ruidosas ou silenciosas, com ou sem comércios, feias, ou sujas. O traçado, em resumo, é uma noção abstrata, e corresponde às ruas, ao espaço concreto, total e vivo.

Em uma cidade, os caminhos são os elementos fundamentais, e podem ser representadas por ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais e ferrovias. Suas características são importantes para a imagem urbana, uma vez que sua forma ou mesmo a concentração de alguma atividade em determinada via, podem torná-la estruturante em um conjunto de traçados. Os caminhos tornam-se especialmente importantes quando concentram algum tipo exclusivo de uso, quando apresentam qualidades espaciais diferenciadas, vegetação, continuidade e origens e destinos claros (LYNCH, 1997).

A rua e o traçado têm uma relação estreita entre a criação da cidade sobre o território, ou seja, a rua relaciona-se diretamente com a formação e o crescimento da cidade de modo hierarquizado (LAMAS, 2004). Assim como Lynch (1997), Lamas diz que a importância da rua se dá através de sua função de deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e ideias.

Segundo Lamas (2004), o traçado, a rua [...] existem como elementos morfológicos nos vários níveis de escalas da forma urbana. Desde a rua de peões à travessa, à avenida, ou à rua rápida, encontra-se uma correspondência entre a hierarquia dos traçados e a hierarquia das escalas da forma urbana.

Assim, o estudo dos traçados de uma cidade é muito importante como forma de avaliar a qualidade do espaço público, uma vez que eles são elementos determinantes na configuração do urbano. Suas características físicas e os usos que abriga, bem como os pontos que ela conecta, podem torna-la muito importante para a estrutura do tecido urbano.

2.3 Tipologia

A tipologia, segundo Panerai (1983) é o estudo dos tipos, e se apresenta como um instrumento, e não uma categoria, que permite dirigir o estudo dos fenômenos urbanos.

O tipo *“es el conjunto de los caracteres organizados en un todo, que constituye un instrumento de conocimiento por ‘abstracción racional’ y que permite distinguir categorías de objetos o de hechos. (Panerai apud Robert, dictionare de la langue française)”*. Ou seja, o tipo é um objeto abstrato construído mediante a análise do edifício, que reproduz as propriedades essenciais de uma categoria de objetos reais. Os tipos podem ser classificados em famílias, divididas por critérios simples, como largura, altura, ordenação, distribuição e relação com a rua. Depois de obter o tipo de cada família, é possível ilustrá-lo com um exemplo particularmente apropriado: o exemplo tipo.

Para Holanda (1985), os edifícios podem ser examinados como filtro ambiental, como modificador das condições físicas do meio físico natural e como artifício para a criação de locais confortáveis, por exemplo. Ou seja, a leitura dos edifícios, como proporções entre cheios e vazios, orientação, aberturas para o exterior, entre outros, permite estabelecer, por um lado, as relações e condições ambientais presentes na morfologia física.

Neste sentido, o estudo dos tipos construídos é de grande importância para compreender suas relações com o espaço público, e de que modo a forma de sua ocupação influencia na qualidade desse espaço. No estudo dos tipos, tem-se a definição de tipologia edilícia, que é a tipologia dos edifícios, o conjunto dos tipos que, em uma cidade ou em um bairro determinado, permitem caracterizar o tecido construído.

Desse modo, já não constitui um fim em si mesmo e se acompanha de uma análise dos elementos da estrutura urbana e dos processos de crescimento. Porque não se trata somente de fixar uma imagem de um momento determinado e referida a uma localização concreta, mas também mediante uma especial atenção as modificações que afetam a cidade e o tempo e no espaço, captar as rupturas que estão na origem da formação da cidade contemporânea (PANERAI, 1983).

O estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana é o meio de compreender a estrutura da cidade como continuidade histórica de um processo e como fenômeno parcial de uma totalidade, daí a necessidade de estudar os períodos.

2.4 Periodização

Nesta pesquisa, o estudo dos períodos é fundamentado nos textos de Milton Santos(1994), que em seu livro *Técnica, espaço, tempo*, descreve a cidade e o urbano como espaço-tempo e trata da divisão do tempo em períodos. Além disso, o estudo se apoia também na autora Marina Waisman(1990), que em seu livro *El interior de la historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos*, dedica um capítulo sobre *periodizaciones* e um capítulo sobre continuidade/ descontinuidade histórica.

Segundo Santos (1994), as ideias que comandam a elaboração da história urbana são a ideia do espaço e a do tempo. Pode-se trabalhar na dimensão material, que diz respeito à forma espacial, e no tempo. Os períodos são “[...] pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo (SANTOS, 1994, p. 70)”.

Waisman (1990) cita que, na medida em que as ideias arquitetônicas vão se modificando e criando novas soluções, ou seja, adquirindo aspectos mais ou menos definidos, cria-se um código de elementos combináveis que respondem a uma norma sintática e a um desenvolvimento histórico. Ou seja, identifica-se uma norma sintática através da combinação de aspectos definidos, e o período caracteriza-se pelo começo da formação dessa norma sintática até o processo de mudança para um novo conjunto de aspectos, códigos e regras, que conformam outra norma².

Além disso, o estudo das continuidades históricas é de grande importância para a compreensão das articulações que os diferentes conjuntos urbanos apresentam, pois é a partir da definição dessas continuidades que podem ser identificados os períodos em que ocorrem as diferentes mudanças de desenvolvimento e direção de uma área urbana (WAISMAN, 1990).

Para Waisman (1990), a história da arquitetura não se dá de modo linear; inclusive, dentro de um mesmo organismo arquitetônico, podem ser produzidos diferentes ritmos de desenvolvimento, saltos e anacronismos. É por esse motivo que, se existe a continuidade, ela é sempre de caráter complexo e não linear. Ou seja, mesmo que haja mudança nas formas de ocupação e, conseqüentemente em seu período histórico, é necessário compreender que certas formas espaciais possuem inercia, e que podem continuar ao longo de outros períodos, ainda que com diferentes intensidades.

Essa pesquisa não tem como foco o estudo das normas sintáticas ou estilos arquitetônicos, como sugere Waisman. Contudo, sua contribuição se dá principalmente na metodologia de construção de cada período, onde se deve buscar elementos em comum, uma combinação de aspectos que conformam o período, até a identificação de uma nova combinação que definirão outro momento histórico. Além disso, identificar quais formas e estruturas espaciais perpassam os diferentes períodos de ocupação.

3 LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

O Litoral do Rio Grande do Sul é conformado por uma longa faixa arenosa de 622 km, com a ocorrência de praias, lagoas, lagunas, entre as quais destacam-se a Laguna dos Patos e a Mirim, bem como a presença de cordões de dunas. Grande parte de sua área é constituída por uma das cinco unidades geomorfológicas do Estado, a Planície Costeira, que teve sua formação no período Quaternário da era Cenozóica, a mais recente da formação da terra (IBGE, 2002). O litoral apresenta características exclusivas da região, através da faixa quase contínua de balneários, interrompidos eventualmente por rios, mas basicamente linear. Além disso, o extenso cordão de dunas margeia quase todo o litoral, fazendo parte da paisagem de muitos municípios litorâneos. Pela sua longa extensão, a Planície Costeira é uma região que se relaciona com diversas áreas do Estado, e possui, portanto, diferentes dinâmicas de ocupação e uso de seu território.

²Para Waisman(1990), esse conjunto de regras e códigos define o estilo.



Figura 2: Planície Costeira do Rio Grande do Sul.

Fonte: www.projetolacos.blogspot.com.br (2014)

Segundo Moraes (1999), as regiões litorâneas, como aspecto geográfico, são de grande importância para a sociedade moderna. Estrategicamente, a zona costeira é base para os fluxos de circulação oceânica, bem como é local para o turismo, lazer, e é abrigo de recursos naturais valiosos. O Brasil vem estimulando a ocupação da zona costeira brasileira a partir de duas lógicas: uma delas é o desenvolvimento de áreas portuárias; a outra está ligada à beleza cênica que responde ao desenvolvimento do turismo. Esse estímulo se materializa em forma de infraestrutura para a ocupação e de equipamentos (MORAES, 1999).

Nesse contexto, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul corresponde à segunda lógica citada, principalmente através da ocupação de seus balneários, cordões de dunas e de lagoas, por habitações voltadas à segunda residência. Seu crescimento urbano teve grande aporte das infraestruturas viárias existentes. Apesar da barreira representada pelo cordão de lagoas, que cruza todo o Norte do Estado, a região possui uma malha viária bastante conectada, oferecendo muitas alternativas para os usuários de diversas regiões. Dentre as principais rodovias, destacam-se na Figura 4 a RS-486, conhecida como Rota do Sol, que liga a Serra Gaúcha ao Litoral; a BR-289, conhecida como Freeway, que liga o Município de Osório à Região Metropolitana de Porto Alegre; e a BR-101, que cruza diversos municípios do Litoral Norte e conecta o Rio Grande do Sul a diversos estados brasileiros.

Além das vias de acesso que conectam a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Serra ao Litoral Norte, outra via é de grande importância para o funcionamento e ligação desses municípios. A RS-389, conhecida como Estrada do Mar, é uma rodovia concluída no início da década de 1990 para ser uma alternativa ao uso da BR-101, e liga, dentre outros balneários, as cidades de Osório, Capão da Canoa, Arroio do Sal, Torres e Xangri-Lá.



Figura 4: Litoral Norte do Rio Grande do Sul
 Fonte: do autor

A configuração final de infraestruturas, bem como a lógica voltada principalmente para o desenvolvimento do turismo, contudo, não foram realidades vividas em toda a história de ocupação do Litoral Norte. Ela foi resultado das antigas dinâmicas de ocupação urbana presentes na região. Até as formas de ocupação atuais, o Litoral Norte do Estado passou por diversas fases de crescimento, onde predominavam formas e usos diversos, mas que até hoje tem papel importante na composição dos municípios litorâneos.

Como forma de identificar e compreender essas fases, o artigo passa pela análise das formas de crescimento urbano, onde é possível definir, sob algumas variáveis, a presença dos diferentes períodos de ocupação, que serão discutidos na sequência do trabalho.

4 PERÍODOS DE OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A ocupação do Litoral Norte, de 1888 a 2013, pode ser dividida em quatro períodos (Figura 5) cujos intervalos de duração são marcados por diferentes formas de se ocupar o território, bem como sua intensidade de ocorrência. Ressalta-se, entretanto, que os usos e as formas de ocupação de cada período identificado possuem inércias que as levam a perpassarem por mais de um período, com intensidades diferentes, e a coexistirem com as novas ocupações.

Essa etapa da pesquisa busca responder à teoria de Marina Waisman (1990) e Milton Santos (1994), e utiliza como base inicial a divisão feita por Strohaecker (2007), que analisou a evolução urbana no Município de Capão da Canoa, que sintetiza as diversas formas de ocupações pelas quais passaram o Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Aqui, faz-se uma periodização que coincide em alguns pontos com a base realizada por Strohaecker, principalmente nas formas de ocupação urbana dos três períodos iniciais, mas difere em outros uma vez que inclui outros municípios e identifica um quarto período de ocupação, marcado pela implantação de condomínios horizontais, principalmente no Município de Xangri-Lá.

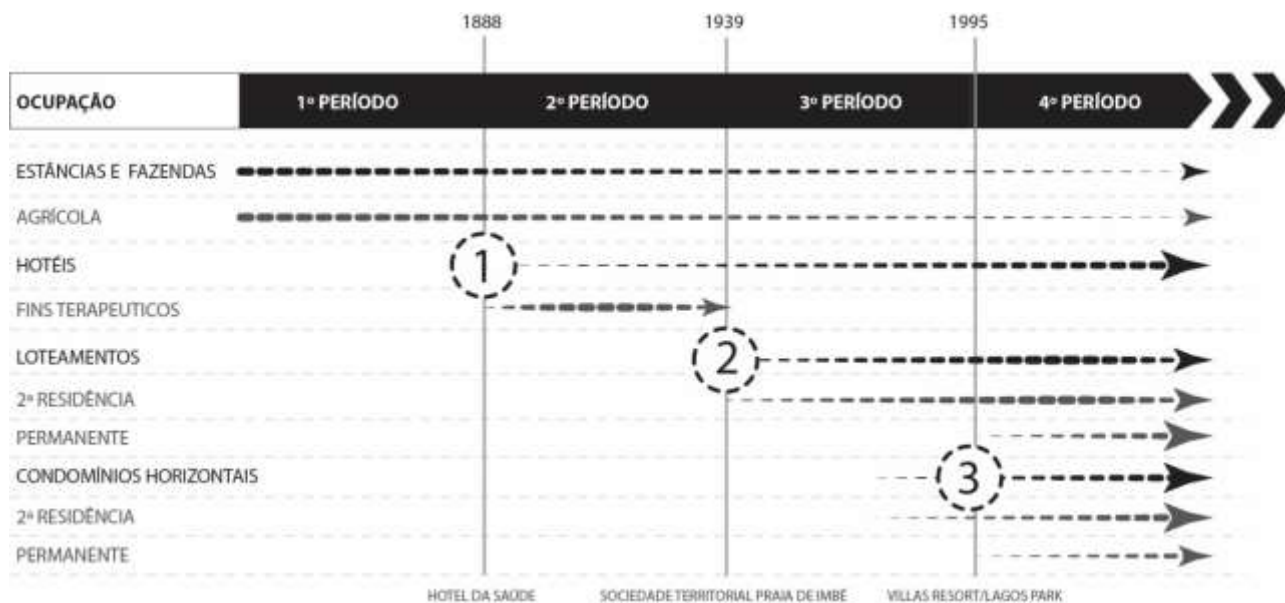


Figura 5: Periodização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul
 Fonte: Elaboração do autor, a partir de Strohaecker (2007)

4.1 Primeiro período de ocupação – estâncias e fazendas (até 1888)

As primeiras ocupações, segundo Strohaecker (2007), são sedes de estâncias e fazendas, proveniente do parcelamento do litoral gaúcho em sesmarias pela Coroa Portuguesa. Em 1771 é fundada a freguesia de Santo Antônio, que mais tarde, em 1809, tornou-se o “município-mãe” do Litoral Norte, Santo Antônio da Patrulha, dando origem aos municípios que compõem a região. A economia baseava-se, então, na agricultura, pecuária e na pesca. As estâncias e fazendas mantinham suas sedes e principais atividades em áreas mais afastadas do mar, uma vez que os recursos hídricos e o solo eram mais propícios, com exceção das atividades pesqueiras (STROHAECKER, 2007).

Depois das ocupações por estâncias e fazendas, houve no Brasil um fenômeno de apropriação do mar advindo de influências da grande imigração portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808 (CORREA, 2010). Deram-se início os banhos medicinais, que eram associados à cura de certas moléstias e nos cuidados com o corpo. No litoral do Rio Grande do Sul, iniciam-se também esses novos hábitos, provenientes da ideia de que os banhos de mar poderiam trazer benefícios terapêuticos.

4.2 Segundo período de ocupação (1888 – 1939) – balneários para fins terapêuticos

A ideia de usufruir o banho de mar como terapia impulsiona a instalação de pequenos hotéis e pousadas próximos à costa, que marcam a transição para o segundo período de ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 1888.

No Estado, a atividade dos banhos de mar com motivos medicinais identifica-se com a presença dos imigrantes alemães que, além de banhistas, destacavam-se como empresários do ramo do curismo. O historiador Silvio Correa (2010) fala do fenômeno da utilização das praias gaúchas para fins terapêuticos em seu artigo intitulado *Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul*, dizendo que a ocupação dos balneários teve grande influência da prescrição dos banhos de mar e que em 1888, na praia de Tramandaí, foi fundado o primeiro hotel de vilegiatura marítima do Rio Grande do Sul, chamado de Hotel da Saúde.

A edificação desse hotel marca a transição entre o primeiro e o segundo período de ocupação do litoral, pois é a partir dele que começam a surgir novas edificações, atrativos e infraestruturas de suporte à

apropriação dessa região como balneário. O fluxo de curistas nos balneários gaúchos foi tanto que a companhia aérea Varig criou rotas de vôos até as praias através de hidroaviões, e de Junkers até Torres (CORREA, 2010).



Figura 6: Turistas alemães

Fonte: www.museudeaguasdeportoalegre.wordpress.com (2016)

Esse hábito acabou por desencadear uma nova relação com o litoral, passando a incrementar o curismo com o turismo (CORREA, 2010).

Neste sentido foram marcantes as intervenções do Estado e as influências dos imigrantes nas políticas de modernização do Rio Grande do Sul, através das drenagens em pântanos, nas intervenções em lagoas para facilitar a navegação, abertura de estradas, fixação de dunas, arborização e humanização dos balneários com fins de viabilizar o usufruto da população (CORREA, 2010).

A transição entre o segundo e o terceiro período aconteceu a partir da Década de 1940, quando ocorreu expressivos incrementos à infraestrutura dos balneários, tanto na rede hoteleira, quanto na instalação de infraestruturas de transporte. Na mesma década instauraram-se as férias remuneradas para a classe trabalhadora, que passaram a usufruir de forma sistemática os veraneios nos balneários.

Esses últimos fatos deram início à democratização das praias. Seu uso não era mais restrito às classes mais abastadas e nem mais suportado apenas por hotéis. É a fase de transição para o terceiro período, onde as cidades litorâneas começaram a adquirir aspectos de segunda residência, através da ocupação massiva dos novos loteamentos.

4.3. Terceiro período de ocupação (1940 – 1995) – loteamentos

O terceiro período é marcado pelo loteamento de grandes glebas litorâneas do Norte do Rio Grande do Sul, principalmente pela proximidade dos grandes núcleos urbanos do Estado, com Porto Alegre e sua Região Metropolitana, bem como pelo Município de Caxias.

Esta ocupação por loteamentos representam a consolidação da ocupação urbana do Litoral Norte. A apropriação dos balneários para fins de veraneio fez com que o mercado do solo - a exploração da terra e da propriedade - ganhasse expressão, valorizando o uso do espaço para suporte de atividades urbanas e incentivando os fomentos ao planejamento urbano. Essa ocupação corresponde às Causas Indiretas de Solà-Morales. A exploração dos balneários para fins de veraneio fez com que o mercado do solo ganhasse expressão, valorizando seu uso para suporte de atividades urbanas, aumentando a exploração da terra e da propriedade e incentivando os fomentos ao planejamento urbano. Esta demanda de veranistas de forma sistemática impulsiona a atuação das agências imobiliárias que já atuavam na implantação de loteamentos, na compra e venda de lotes e no aumento da infraestrutura urbana dos balneários (CORREA, 2010).

Este fenômeno, pode-se dizer, se dá na escala do território nacional. No Brasil, a partir da década de 1940 desencadeia-se um grande processo de urbanização do território. Em 1940, o índice de urbanização era de aproximadamente 26,25%, com uma população total de 41 milhões de habitantes. Já em 1980, o índice de urbanização era de 68,86%, com uma população três vezes maior que quatro décadas antes, cerca de 120 milhões de habitantes (SANTOS, 1994).

Nas regiões litorâneas a ocupação esteve fortemente relacionada a nova realidade estabelecida pelo governo brasileiro, através da Constituição de 1937, art. 156, que estabelecia como já dito acima, que “os funcionários terão direito a férias anuais, sem descontos, (...) com vencimentos integrais” (BRASIL, 1937), garantindo, portanto, férias remuneradas, que permitiam ao trabalhador usufruir de atividades de lazer longe do centro onde vivia.

No Rio Grande do Sul, nas décadas de 1940 e 1950, antigas fazendas começam a ser parceladas e convertidas em loteamentos para fins de segunda residência. É o caso da fazenda de Jorge José Mury, comerciante de Tramandaí e grande proprietário fundiário na região, que vende para os incorporadores da Sociedade Territorial Praia de Imbé Ltda., em 1939, parte de suas terras onde começou a ser implantado um loteamento em 1941 (STROHAECKER, 2007). Esse primeiro loteamento foi o evento que caracterizou o início desse período.

Foram dezenas de loteamentos ao longo da orla marítima, com constantes melhorias em infraestrutura e uma profunda mudança na paisagem da região. Os loteamentos implantados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul são, majoritariamente, de uso residencial e abrigam edificações unifamiliares isoladas nos lotes. Além disso, são decorrentes de um processo em que Parcelamento da terra e Urbanização são realizadas em conjunto – como por exemplo, o Bairro de Capão Novo – e onde as Edificações são implantadas ao longo do tempo. Dessa forma, essa ocupação possui diversos pontos em comum aos da *cidade-jardim* descrita por Solà-Morales em seu livro *Las Formas de Crecimiento Urbano* (1997).

A estruturação da ocupação urbana dos municípios litorâneos deu-se de uma forma parecida, seguindo a lógica que buscava a proximidade com o mar. A Figura 6 sintetiza a estrutura da forma urbana da ocupação do Litoral Norte gaúcho, onde diversos loteamentos começaram a ser implantados de maneira espaçada.

Dessa maneira, os loteamentos caracterizavam-se inicialmente como um Crescimento Descontínuo, já que existiam cortes vegetais e agrícolas entre as áreas mais novas e as áreas mais antigas, e possuíam um Limite de Crescimento, representado pela praia. Esse limite foi a base para a implantação das principais avenidas, que eram paralelas ao mar. Os crescimentos, portanto, seguiam através de uma Linha de Crescimento, representada, por exemplo, pela Avenida Paraguassú (Figura 6). Essa avenida surgiu com o loteamento que deu origem ao Município de Capão da Canoa, na Década de 1940 (STROHAECKER, 2007), e atualmente conecta os principais municípios litorâneos do Norte do Estado. É através dessa Avenida que os loteamentos cresceram inicialmente, atingindo uma conurbação quase total. É ao longo dessa avenida que estão os principais equipamentos e centralidades encontradas nos municípios litorâneos.

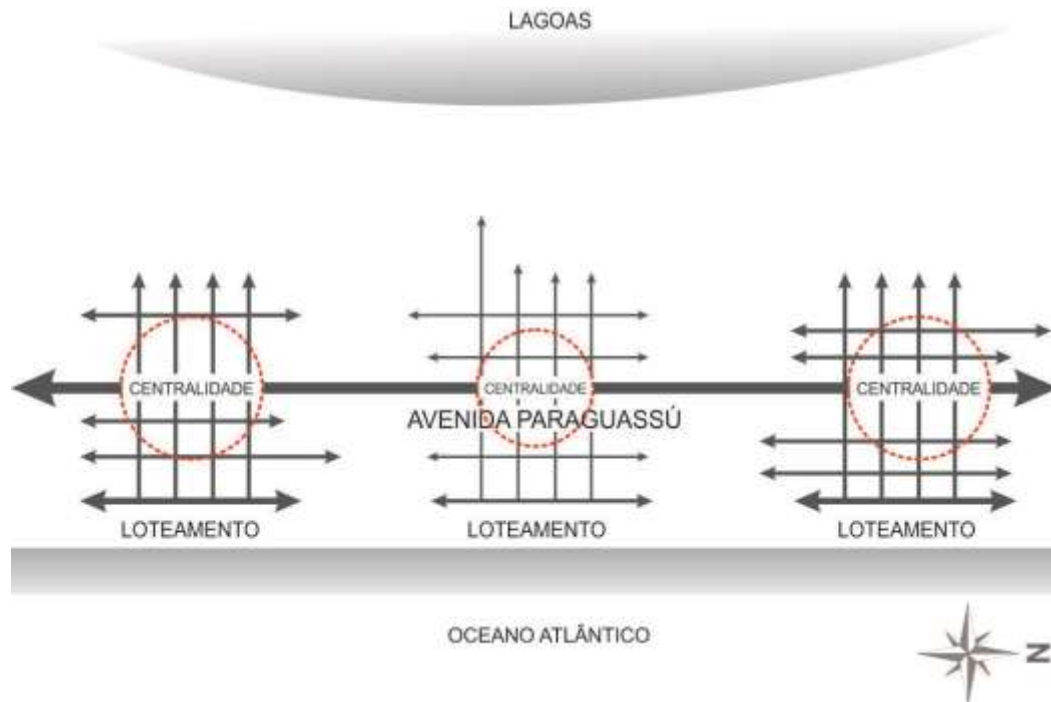


Figura 6: Estruturação urbana através da implantação dos loteamentos
 Fonte: do autor (2014)

No processo de ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, figura um outro eixo viário importante na formação de sua paisagem. No final da década de 1980, deu-se início à construção da RS-389, conhecida popularmente como Estrada do Mar, que liga os municípios entre Osório e Torres. Essa estrada, concluída no início da década de 1990, representou um novo agente de crescimento da ocupação urbana, ampliando a acessibilidade no Litoral Norte como um todo, até então concentrada pela BR-101.

A partir da Estrada do Mar surgem novos acessos aos municípios, e é principalmente no encontro entre esses acessos e a Avenida Paraguassú que se concentram, com maior intensidade, as centralidades urbanas dos municípios. Com o aumento de mobilidade proveniente da consolidação dos acessos, essas áreas passaram a concentrar as maiores densidades de ocupação, bem como abrigar os principais edifícios administrativos dos municípios, além de concentrar estabelecimentos de consumo, como shoppings centers, redes de lojas de eletrodomésticos e móveis, entre outros.

A centralidade urbana identificada pode ser relacionada a [...] *capacidad de ciertos espacios o elementos urbanos de articular flujos de todos los tipos. La articulación de estos flujos depende del grado de influencia de estos espacios sobre los demás componentes del sistema urbano.* (Licnerski, J. 2008 apud Assen de Oliveira, 2011 p.23)

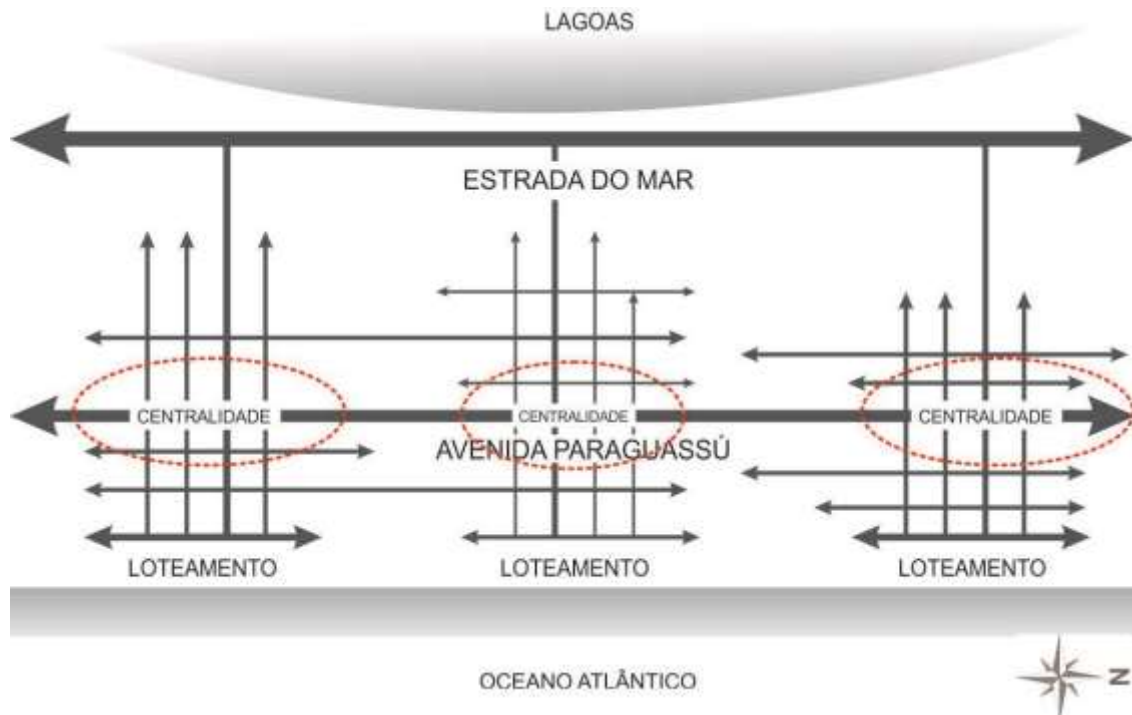


Figura 73: Ocupação após a conclusão da Estrada do Mar
 Fonte: do autor (2014)

Essas duas vias são, desse modo, as principais estruturantes e indutoras do crescimento da ocupação e, mesmo tendo classificações diferentes - uma estrada, outra avenida - ambas desempenham uma função crucial na dinâmica da ocupação urbana e da paisagem das cidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

4.4. Quarto período de ocupação (1995 – 2016) – condomínios horizontais

Para a compreensão e identificação do quarto período, é necessário destacar que, de uma maneira geral, a sociedade atual está passando por uma nova fase da modernidade, chamada *terceira fase*. Esse fenômeno, estudado pelo sociólogo François Ascher (2004), em seu livro *Los nuevos principios del urbanismo*, aprofunda as três características socioantropológicas presentes no processo de modernização: a individualização, a racionalização e a diferenciação social. Na terceira fase da modernidade, essas dinâmicas, principalmente as da individualização e de diferenciação social, parecem ter muita força de transformação nas formas de ocupar o território. Podem resultar numa ocupação urbana dispersa, que agrega diversas características sociais, de acessibilidade de bens e de serviços que diferem das ocupações mais compactas.

No Brasil, esses processos de diferenciação social e individualização são estudados por Ângelo Serpa, em seu livro *O Espaço público na cidade contemporânea* (2007), que afirma existir segregação dos espaços coletivos por grupos sociais, tornando-os exclusivos a estes grupos. É através dessa tendência à segregação que são criados circuitos de consumo exclusivo, como os parques de lazer, os *shoppings centers* e os condomínios horizontais. Neste sentido, na sociedade brasileira ocorre um forte processo de valorização dos espaços privados e de enfraquecimento e esquecimento dos espaços públicos. As relações sociais estão cada vez menos voltadas ao bem estar coletivo, e o individualismo vêm tornando-se o modo de vida praticado pela maioria. Isso é visto seguidamente nas novas formas de ocupação urbana (SERPA, 2007).

Esse processo de segregação presente na maioria das cidades brasileiras, também pode ser verificado em cidades com viés turístico, de lazer e veraneio, como no caso das cidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as classes de mais alta renda trazem consigo essas formas de ocupação urbana, que vem tornando-se recorrentes na região. Esse crescimento se dá através de urbanizações mais dispersas sobre o território, em condomínios horizontais, ou concentradas em áreas de grande valorização imobiliária, como condomínios verticais com frente ou próximos ao mar.



Figura 84: Condomínio Horizontais
 Fonte: do autor (2014)

Depois da conclusão da Estrada do Mar, em 1991, o crescimento urbano dos municípios litorâneos, antes voltados para o mar, nesse período aponta para outra direção. A ocupação passa a ocorrer ao longo das avenidas de acesso criadas entre a rodovia e os bairros através dessa nova forma de crescimento, que responde à definição de Polígono, de Solà-Morales, e de novo assentamento, de Font. Além disso, pode-se fazer uma relação conceitual entre o modelo espacial destes condomínios - polígonos e novos assentamentos - cujo interior tenta repetir o conceito de cidade-jardim, através de habitações unifamiliares dispostas em grandes áreas verdes e com baixas densidades de ocupação.



Figura 95: Condomínio horizontal Pacific, com habitações em fita

Fonte: Acervo pessoal (2014)

A implantação de condomínios horizontais nessa região se intensificou a partir da segunda metade da Década de 1990, principalmente no Município de Xangri-Lá. A partir do ano de 1995, ocorre um crescimento acelerado na implantação de condomínios, impulsionados principalmente pela conclusão, em 1991, da Estrada do Mar, rodovia que liga as principais praias do Norte do Estado. Sua construção foi um marco importante na consolidação dessa modalidade de habitação. Durante os anos de 1995 e 2013, mais de 40 condomínios foram construídos ou estão em processo de conclusão nessa região.

Muitos desses condomínios estão sendo implantados em regiões afastadas do mar. Isso vem ao encontro do fato de que a maioria das áreas próximas ao mar já são ou já estão sendo consolidadas, e também ao custo do solo, que é mais barato afastado da linha litorânea. Atualmente, os condomínios que estão sendo instalados adjacentes à Estrada do Mar, concentram-se principalmente próximos aos acessos e, em alguns pontos, voltados para as lagoas. A paisagem natural, dessa forma, passou a ser revalorizada, incorporando, além do mar, a beleza cênica das lagoas, dunas e campos, principalmente para as atividades de lazer, recreação e turismo, que são apropriadas pelos padrões espaciais dos condomínios.

Assim, ao contrário dos loteamentos que buscavam a proximidade com o mar, os condomínios, por possuírem estruturas de lazer próprias, podem ocupar áreas de fácil acesso, como entradas da cidade, nós viários e proximidade com a Estrada do Mar, sem necessariamente se conectar com espaços públicos tradicionais para o veraneio, como as praias.



Figura 106: Condomínios horizontais em Xangri-Lá

Fonte: do Autor (2014)

Dentre os municípios que compõem o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Xangri-Lá foi o que recebeu a maior parte dos investimentos em condomínios horizontais. Desde os primeiros condomínios da região, implantados em 1995, surgem no município outros 27 condomínios até o ano de 2013.

O Município de Xangri-Lá tem sua área territorial correspondente a 60,68km² (IBGE, 2010). Em sua extensão territorial, aproximadamente 11,4km² (18,78%) são ocupados por urbanizações tradicionais, correspondentes aos loteamentos que ocorreram durante o Terceiro período. Além dessa ocupação, é possível ver na Figura 11 a área ocupada por condomínios, que correspondem a aproximadamente 6,4km², ou seja, 10,54% do território.

Os condomínios horizontais em Xangri-Lá possuem características predominantemente de segunda residência, voltados para oferecer uma alternativa de lazer para quem mora nas grandes cidades, como Porto Alegre, e são, muitas vezes, temáticos. Esses condomínios trazem consigo reproduções de estilos arquitetônicos, tipologias de ocupação interna e atividades específicas, como marinas e campos de golfe. São os chamados *country clubs* (CHEVALIER e CARBALLO, 2005).



Figura 11: Condomínios horizontais de Xangri-Lá
 Fonte: Base do Google Earth, adaptado pelo autor

A implantação de condomínios, que atualmente ocorre principalmente na faixa entre a ocupação tradicional, próxima da praia, e a Estrada do Mar, pode ser confirmada por informações provenientes pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Xangri-Lá³, que indica que os vazios ainda existentes nessa área serão ocupados por condomínios, e que após o fechamento completo, a tendência é que os investimentos migrem para o outro lado da estrada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul passou por diversas fases de ocupação, cada um com suas dinâmicas de usos e formas. Mesmo assim, é possível perceber que o terceiro e o quarto período de ocupação,

³ Informações provenientes de uma entrevista realizada por e-mail, no dia 2 de Setembro de 2013, com o Técnico da Secretaria de Planejamento do Município de Xangri-Lá. Na entrevista o Técnico diz que "o que ocorre hoje é a expansão da ocupação pelos condomínios fechados [sic] nas áreas livres entre o limite oeste dos balneários e a estrada do mar [sic]...em poucos anos a "fachada" de xangri-lá[sic] para a estrada do mar [sic] será apenas muros...e depois disso, vão querer ocupar o outro lado da estrada...".

correspondentes aos loteamentos e aos condomínios horizontais, respectivamente, são os crescimentos urbanos mais significativos, e que estruturam os principais municípios do Litoral Norte, sobretudo Xangri-Lá. É a partir do período dos loteamentos que surgem os principais eixos viários dos municípios e onde desenvolvem-se as primeiras centralidades e as principais vias que conduzem o crescimento das cidades.

Foi possível constatar, também, que a ocupação por condomínios horizontais é uma tendência que perdurará por um considerável período de tempo. Isso pôde ser confirmado ao longo da pesquisa através de entrevistas realizadas com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Xangri-Lá, e em matérias encontradas em jornais locais, que afirmam a clara preferência dos usuários em veranejar nos condomínios. Este fenômeno pode ser relacionado ao que Ascher denomina de terceira fase da modernidade, onde a busca pela individualização do espaço e a diferenciação social tornam-se um modo de vida a ser alcançado. Os condomínios horizontais verificados representam uma urbanização dispersa e segregadora.

Estas diferentes modalidades de ocupação, em geral dispersos sobre o território, podem acarretar em diversos impactos econômicos e sociais, e sobremaneira impactos na qualidade dos espaços públicos de seu entorno, uma vez que usualmente adotam formas espaciais que se fecham para o exterior. As extensas áreas ocupadas geram descontinuidades urbanas e ilhas ao longo do território, que podem acarretar em diminuição na vitalidade da cidade, bem como causar problemas ambientais, já que substituem o ecossistema original, possuem altos custos de infraestrutura e ocupam o solo com densidades baixas.

Além disso, é possível constatar através da cronologia das imagens de satélite, que em áreas onde existem condomínios a construção de habitações em loteamentos está estagnada.

Verifica-se aqui uma contradição entre o uso da praia como lugar de grande socialização, com a presença de uma diversidade de usuários (econômica e cultural) e o modelo de condomínios com grande segregação físico espacial.

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, F. A. dos; FORNARA, R. A. (2011). *Morfologia da cidade contemporânea: os novos territórios morfológicos de Itajaí (SC)*. En: ASSEN DE OLIVEIRA, L.; DO AMARAL E SILVA, G. P. A.; ROSSETTO, A. M. (comps.), *Arquitetura da cidade contemporânea: centralidade, estrutura e políticas públicas* (211-226). Itajaí: UNIVALI.

ASCHER, F. (2004). *Los Nuevos Principios del Urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial.

ASSEN DE OLIVEIRA, L. (2011) *Caminhos da Centralidade na cidade contemporânea. Um jogo de escalas*. En: ASSEN DE OLIVEIRA, L.; DO AMARAL E SILVA, G. P. A.; ROSSETTO, A. M. (comps.), *Arquitetura da cidade contemporânea: centralidade, estrutura e políticas públicas* (21-46). Itajaí: UNIVALI.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937). Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CHEVALIER, J.; CARBALLO, C. (2005). Los espacios cerrados residenciales: en busca del entre-sí; estudio comparativo entre el norte y el sur del continente americano. *Cuadernos de Geografía* (Bogotá), 14, 5-14.

CORREA, S. M. de S. (2010). Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (Rio de Janeiro), 17, 165-184.

FONT, A. et al. *Configuraciones Metropolitanas: Estructura espacial y tipos de crecimiento urbano*. En: FONT, Antonio (ed). *La explosion de la Ciudad*. Madrid: Ministerio de Vivienda.

LAMAS, J. M. R. G. (2004). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3 ed. Porto: Fundação Calouste Gulbekian.

LYNCH, K. (1997). *A imagem da cidade*. São Palo: Edições 70.

MORAES, A. C. R. (1999). *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Hucitec.

PANERAI, P. (1983). *Elementos de analisis urbano*. Madrid: Fareso.

SANTOS, M. (1994). *A urbanização brasileira*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.

SERPA, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

SOLÀ-MORALES, M. (1997). *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC.

STROHAECKER, T. M. (2007). *A urbanização no litoral Norte do Rio Grande do Sul: Contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FONTES ELETRÔNICAS

www.ibge.gov.br/cidadesat/default (Consulta: 2013/2014).

www.museudeaguasdeportoalegre.wordpress.com (Consulta: 25/02/2016).

www.projetolacos.blogspot.com.br/2011/06/voo-de-helicoptero.html (Consulta: 05/02/2014).